



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Comunicação e Cultura.

ENCONTROS DIALÓGICOS ENTRE O SERVIÇO SOCIAL, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E PAULO FREIRE

Kenia Augusta Figueiredo¹

Resumo: Esse artigo reflete sobre contribuições de Paulo Freire para o Serviço Social crítico, com base em duas referências: uma de 1969, no Chile, com o documento "Método Básico", e a outra já na contemporaneidade, com base na compreensão da linguagem como instrumento de trabalho do assistente social, o que possibilita a vinculação com a comunicação pública.

Palavras Chave: Serviço Social; Comunicação Pública; Paulo Freire.

Abstract: This article reflects on Freire's contributions to Critical Social Service based on two references: one in 1969, in Chile with the document "Basic Method" and the other in contemporary times based on the understanding of language as a working tool of the social worker, which makes possible the connection with the public communication.

Keywords: Social service; Public Communication; Paulo Freire.

Em uma sociedade marcada pela hegemonia do neoliberalismo e neoconservadorismo, em que o processo de exploração opera também no extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, desencadeando um processo de *necropolítica*, como afirmou Achille Mbembe (2018), é preciso refletir sobre o papel das profissões, em especial daquelas que atuam sobre as expressões da Questão Social, como é o caso do Serviço Social, verificando seu potencial colaborativo, uma vez comprometido por meio do Código de ética profissional com os princípios de liberdade e emancipação da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, ao considerarmos que Paulo Freire constituiu-se como referência acadêmica, política e ética para a área da Educação por se colocar na linha de frente do combate às injustiças e opressões, contribuindo para a compreensão das conflituosas relações entre educação, trabalho e pobreza e desenvolvendo um novo paradigma de consciência crítica, há de se perguntar sobre como Paulo Freire contribuiu para o Serviço Social crítico, se há alguma atualidade e qual seria.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: <figueiredo.kenia@gmail.com>.

Com base nessas questões, elegemos duas referências na história do Serviço Social: uma em 1969, no Chile, no início do Movimento de Reconceituação, quando o Serviço Social toma para si a função de educador popular e cria o documento “Método Básico”, e outra já na contemporaneidade, com base na compreensão de Yamamoto (2003), que considera a linguagem como instrumento de trabalho do assistente social, possibilitando a vinculação com comunicação, em especial com a comunicação pública como uma possível referência para a profissão.

Método Básico e o/a assistente social como educador(a) popular freiriano

A bibliografia especializada indica que, para melhor situar historicamente o Movimento de Reconceituação, é necessário buscar, no ano de 1965, na cidade de Porto Alegre, o Primeiro Seminário Latino-Americano de Serviço Social. A pauta foi sobre a realidade política e social vivida pelos países da América Latina, sendo os assistentes sociais conclamados a encontrar seu próprio caminho, procurando desvencilhar de influências estrangeiras norte-americanas e europeias para encontrar soluções para a realidade latino-americana.

A partir daí, novos seminários foram realizados, sendo seis eventos até 1972, sempre nos países do sul do continente: Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia, com mesma preocupação: a de buscar um Serviço Social próprio para os países da América Latina.

No Brasil, embora os seminários ocorridos em Araxá/MG (1967), Teresópolis/RJ (1970) e outros tenham muita importância no processo de discussão interna, é o IV Seminário, realizado em 1969, na cidade de Concepción no Chile, sob o clima das diretrizes políticas de um governo democrata-cristão, que vai apontar quatro grandes temas que vão influenciar e propiciar grandes mudanças no Serviço Social latino-americano. Os temas centrais foram: alienação e práxis do Serviço Social; novos instrumentos do Serviço Social; novas ideias para o marco conceitual do Serviço Social; e Serviço Social em perspectiva.

Do terceiro grande tema, “novas ideias para o marco conceitual do Serviço Social”, emergiram debates, como: “o conceito de cultura da pobreza e o Serviço Social; a teologia pós-conciliar e o Serviço Social; marxismo e Serviço Social” (Ander-Egg, 1975, p. 44 apud Barbosa, 1989, p. 59). Do segundo grande tema, que tratou sobre “novos instrumentos do Serviço Social”, foi proferida uma palestra pelo professor chileno Sérgio Villegas, que causou um impacto profundo nos participantes. O tema teve por título “O método de conscientização de Paulo Freire”, sendo esse o início da difusão do pensamento e do método freiriano no Serviço Social. A partir daí, numa atmosfera otimista no Chile, tem-se o início de uma nova fase para o Movimento de Reconceituação que já havia compreendido a necessidade de redirecionar a formação profissional que era na perspectiva modernizante desenvolvimentista.

A partir de uma análise da realidade social que vivia o Chile e com críticas ao papel do assistente social, um grupo da Universidade Católica de Santiago do Chile, que estava vivendo uma experiência democrática e cultural, elaborou novas definições para o Serviço Social como profissão, recusando o papel assistencial do Serviço Social e definindo um novo papel: o de educador popular.

Assim, o assistente social deverá cumprir sua função básica atuando junto às organizações populares. É com esses grupos populares que o assistente social deverá trabalhar, através de assessoria a projetos específicos, contribuindo para que tomem consciência de sua situação (Batista, 1989, p. 83).

Importa dizer que a proposta metodológica deveria ser desenvolvida numa linha participativa, capacitadora e concientizadora e, “portanto, criadora de valores novos na ação” (Método Básico, 1971, p. 48 apud Barbosa, 1989, p. 84). O movimento que se iniciou de forma sistemática entre os assistentes sociais chilenos no final dos anos 60 trouxe a influência marcante de Paulo Freire, uma vez que, em uma análise comparativa, as questões apontadas para o trabalho profissional, bem como a metodologia, desprenderam do pensamento do educador brasileiro.

Tanto no “Método básico” como na proposta metodológica apresentada por um grupo argentino, as etapas eram similares. Sejam: de investigação exploratória, análise das contradições, levantamento das alternativas de ação, estudo das formas de encaminhamento da ação, sendo em ambas prevista a participação ativa e permanente dos indivíduos durante todas as etapas. Esses

passos metodológicos são também “as mesmas etapas presentes no livro ‘Alfabetização e Conscientização’ de Paulo Freire conforme verificado por Maria Angélica Gallardo Clark, no livro Metodologia de la Conscientización, publicado em 1974” (Barbosa, 1989, p. 90).

Importa registrar, sem no entanto ter condições de se aprofundar, que o Método Básico compreendia que o estudo da realidade particular só teria sentido se estivesse fundamentada em um marco geral que explicasse o que se sucedia no sistema social. Apontava, então, que, a partir desse referencial genérico, é que seriam deduzidas as teorias intermediárias que iriam explicar os fenômenos específicos que ocorriam no sistema. Após o estudo e análise da realidade social é que se buscaria entender as relações de dependência e interdependência existentes entre os problemas chegando na fase de tomada de decisão pelo grupo frente à realidade conhecida. Ou seja, o grupo teria tido a consciência crítica despertada, sendo papel do assistente social desencadear por meio das fases um processo de reflexão, gerando a conscientização.

Importa dizer que o “Método BH²” advém da crítica ao “Método Básico”, uma vez que os sujeitos entendiam que “o Método Básico não conseguiu superar o idealismo que impregna a ação profissional desde suas origens” (Análise Histórica da Escola de Serviço Social da UCMG, 1974, p. 12).

Na leitura dos documentos, percebe-se que, entre 1969 a 1972, o Movimento de Reconceituação se aproximou e apropriou mais de conceitos e conteúdo de orientação marxista, sem contudo haver um rompimento com as etapas metodológicas e nem da perspectiva do/da assistente social como um/uma educador(a) popular, em que pese as diferenças de concepção sobre o conceito e processo de conscientização e uma exigência maior em relação à leitura de totalidade.

Por fim, a título de complemento para demonstrar a presença, ainda que tangenciada, de Paulo Freire na produção do Serviço Social na fase final do Movimento de Reconceituação, é possível verificar na Bibliografia do “Projeto de Prática, experiência e Método – Trabalho de Campo no município de Ibirité –

² O Método BH foi criado no curso de Serviço Social, em Belo Horizonte, na Universidade Católica de Minas Gerais, no ano de 1972.

1975”³ as indicações de leitura de duas publicações de Paulo Freire. A saber: *Pedagogia do Oprimido* e *Conscientización*.

Serviço Social, Comunicação Pública e Paulo Freire: um encontro ainda que tangenciado

É no campo das políticas sociais e assistenciais que há a síntese de múltiplas determinações e se desenvolvem funções primordiais no mundo capitalista, tais como: social, econômica e política e, na concretização da tarefa reguladora do Estado, na vida social que o Serviço Social realiza suas intervenções. Deste lugar, o assistente social tem acesso a dois mundos complementares que convivem em tensão, uma vez que, sendo “a questão social desigualdade é também rebeldia”, como afirmou Iamamoto (2001, p. 28). Trata-se, portanto, de uma posição muitas vezes ambígua, uma vez que reproduz, por meio de uma mesma atividade, interesses opostos. Atende, portanto, tanto os interesses do capital como as necessidades sociais impostas aos trabalhadores, sendo que só se pode fortalecer um dos lados pela mediação do seu oposto.

Desta forma, o Serviço Social interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo ídeo-político dos indivíduos sociais, contribuindo para produzir e reproduzir o trabalhador e sua família, bem como abrir possibilidades aos subalternos de uma releitura da realidade. Iamamoto (2001) considera ser este o produto do trabalho do assistente social, que também é mediado pelas condições e relações de trabalho, bem como pela dimensão ético-política.

Para realizar seu trabalho em condições de contribuir para impulsionar formas democráticas e ampliar possibilidades de acesso, de acordo com Iamamoto (2001), o assistente social utiliza dois instrumentos: o conhecimento, enquanto base teórico-metodológica e a linguagem. Por meio dos fundamentos teóricos metodológicos, o profissional realiza uma leitura da realidade e decide sobre as bases de sua intervenção. Ou seja, para intervir, é necessário conhecer a realidade social que se dá a partir da investigação da realidade, o que pressupõe um domínio do método de pesquisa e de princípios teóricos que trarão

³ Ibirité é um município localizado em Minas Gerais, próximo a Belo Horizonte. Foi um campo de estágio do Método BH.

clareza ao objeto, bem como sobre a utilização dos recursos adequados ao encaminhamento da questão apresentada.

A linguagem, o segundo instrumento de trabalho apontado por Iamamoto e Carvalho (2003), desde 1982, está obviamente vinculada à escolha das bases teóricas-metodológicas e ético-política que sustentam o conhecimento. Entretanto, ao longo da trajetória do Serviço Social, tem-se produzido pouco conhecimento acerca deste instrumento, embora a comunicação esteja presente cotidianamente no trabalho do assistente social e constitua parte das atribuições profissionais, conforme indica a lei que regulamenta a profissão⁴.

Nesse sentido, uma área da comunicação, que é a Comunicação Pública, tem nos possibilitado um diálogo com as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construídas historicamente pelo Serviço Social. Embora seja um conceito em construção, servindo para abordar desde a regulação dos meios de comunicação, bem como o fim do monopólio no Brasil, a Comunicação Pública pode ser identificada como o direito à comunicação transversal às políticas públicas sociais.

Com singularidade e formas próprias, a Comunicação Pública se fundamenta nos direitos humanos e atribui o protagonismo à população por meio do exercício da cidadania. Pode, portanto, ser compreendida “como um processo de comunicação que se instaura por meio de um atendimento público qualificado, mediado por agentes públicos, inseridos nas políticas sociais, no âmbito do Estado” (Figueiredo, 2017, p. 17)⁵. Assim, diz respeito ao trabalho e à função pedagógica do assistente social.

A Comunicação Pública é um recurso de trabalho que qualifica a linguagem, um instrumento de trabalho do assistente social pouco aprofundado pela categoria, mas igualmente importante, principalmente por ser visto esse período de informação fácil como de múltiplas possibilidades, mas de pouca densidade nas comunicações.

Importa qualificá-la como um direito humano fundamental, com vistas ao fortalecimento da democracia por ser um valor instrumental estratégico (Netto,

⁴ Lei 8662/93 – Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências no artigo 4º, incisos II, III, V, VIII, IX, XI e artigo 5º, inciso IV.

⁵ Extraído da palestra “O/A assistente social e os processos comunicativos: por uma contra-hegemonia dos subalternos”, proferida no evento realizado pelo Núcleo de Assistentes Sociais de Poços de Caldas/Conselho Regional de Serviço Social-MG, em 13/06/2017.

1996), um valor universal (Coutinho, 2000) e, ainda, de acordo com Gramsci, (2001) serem as transformações construídas de forma gradativa, através de reformas profundas, não se tratando de um mero reformismo “melhorista”, que vise apenas melhorar o capitalismo. Daí que cada informação compreendida como um instrumento para a inclusão política, econômica e social dos/das trabalhadores(as) que atendemos é de vital importância para a vida dessas pessoas e para a resistência.

Zémor (2005) colabora com a ideia de que a comunicação pública trabalha na perspectiva da socialização da informação como meio de construção da cidadania, bem como contribui para assegurar à relação social o afloramento do sentimento de pertencer ao coletivo e de tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito. Esta contribuição aponta na direção de a comunicação pública se constituir por dentro das políticas sociais, como parte integrante. Trata-se de pensar a comunicação pública, conforme aponta Sardinha (2012, p.12), como um “modelo teórico-operativo, como um serviço público tão fundamental como são os serviços de saúde”.

O sentido da comunicação pública nas instituições públicas, para Zémor (2005), deve estar associado aos papéis de regulação, proteção e/ou de antecipação do serviço público, por meio de atribuições como: i) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); ii) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; iii) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito); iv) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social .

Nessa perspectiva, a democracia é um valor instrumental estratégico, não um instrumental dentre outros, mas, por ser

o único que, na sua operacionalização, antecipa um modo de comportamento social genérico, que, no desenvolvimento do processo revolucionário, através de rupturas sucessivas, tenderá, pela prática política organizada e direcionada pela teoria social, a permear todas as instâncias da vida social (Netto, 1990, p.86).

A política, “essência da democracia” (Ramos, 2007, p.31), para ser revolucionária, uma vez que a liberdade e a igualdade não são um estado natural, mas um ideal a se perseguir, deve estar vinculada à luta contra a hegemonia da classe dominante e deve incluir, como aponta Carnoy (1986), o

desenvolvimento de uma contra-hegemonia, baseada em valores e em uma cultura efetivamente democrática.

Nesse sentido, Williams (2011) considera que a cultura é uma reação geral a uma mudança geral e significativa nas condições de nossa vida em comum. Entende que a comunicação passou a ter uma centralidade a partir de 1914, e não é por acaso que regularmente usamos, na atualidade, tanto a ideia das 'massas' e as ideias consequentes: civilização de massa, democracia de massa, comunicação de massa. Por trás desse conceito, existe o interesse de ofuscar a democracia de classes ou mesmo de dar aos trabalhadores a ideia de que estes ameaçam a cultura, por serem identificados como uma turba, por parecerem ingênuos e com vulgaridade de gosto e hábitos. Para ele, a relação com o receptor é algo a ser aprofundado, uma vez que o problema não está na técnica utilizada, mas na intenção. Esse seria o verdadeiro perigo para a democracia, pois toda teoria de massa depende essencialmente de uma minoria de alguma forma explorando uma maioria. Nesse caso, a única desigualdade importante, ou até mesmo concebível, é a desigualdade do ser. Daí que uma cultura comum não é uma cultura igual e, ainda, uma cultura comum não pode colocar restrições absolutas à participação em qualquer de suas atividades, pois é na práxis política que os subalternos podem expressar aspirações para além de seus pleitos pessoais, sendo a cultura algo vivo e sempre em transformação.

Martin-Barbero (2013) considera que o processo comunicativo deve ser visto em sua totalidade e de forma contínua, ou seja: produção, recepção, meio e mensagem. Para o autor, ao considerar todo o processo pelo qual se dá a comunicação, é possível perceber que, mesmo com a alienação própria do capitalismo e da sociedade dos meios, o receptor não está impossibilitado de filtrar as mensagens que se dão por meio de mediações, uma vez que a comunicação e a cultura são categorias intercambiáveis.

Ao considerarmos as contribuições de autores contemporâneos que se ocupam em pensar a relação entre comunicação, cultura, democracia e Estado de direito, é perceptível que os subsídios de Paulo Freire são de uma singular originalidade também para essa área do conhecimento, uma vez que compreende a comunicação como uma realidade existencial e ontológica, na qual o ego é criado e por onde o homem se satisfaz e autentica a si mesmo, sendo o ser humano uma criatura essencialmente comunicativa.

Dessa forma, ele vai ao cerne da noção de comunicação ao defini-la como uma relação social transformadora, pois nela está incluída a dimensão política da igualdade, sem relação desigual de poder e dominação. Paulo Freire aponta em seus diversos trabalhos que a comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediado pelo objeto de conhecimento que, por sua vez, têm relação com a experiência e com o trabalho cotidiano. Lima (2004, p. 67) comenta que, ao limitar a comunicação, há uma relação entre sujeitos necessariamente iguais. Toda relação de poder fica excluída, sendo que o próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. “A comunicação, portanto é dialógica. Fora dessas premissas não haverá comunicação, não se produzirá cultura”.

Lima (2004, p. 62) colabora ainda reafirmando que os conceitos de comunicação e diálogo são empregados indistintamente por Freire, sendo a ideia central de seu pensamento de que só o diálogo comunica. Daí o entendimento de que a comunicação é uma

situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas, transformando e humanizando o mundo, em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo. A comunicação é uma interação entre sujeitos iguais e criativos. Mas, essa interação é de natureza tal que necessita estar fundada no diálogo.

Freire colabora também sobre a cultura do silêncio, tão presente nos usuários de algumas políticas públicas, a exemplo da política de Assistência Social. Para ele, o mutismo, que é característico de sociedades em que se nega a comunicação e o diálogo, oferecem comunicados que não significa ausência de resposta, mas, sim, de uma resposta que carece de criticidade (Freire, 1971, p. 76 apud Lima, 2011, p. 109). Daí ser importante compreender que a prática educativa exige do educador uma postura teórica, sendo que essa postura implica, em si, às vezes, uma concepção dos seres humanos e do mundo.

Com base nesses apontamentos, torna-se impossível pensar a comunicação pública sem reconhecer as contribuições de Paulo Freire, que, no livro “Extensão ou Comunicação?”, aponta que dialogar não é invadir ou manipular ou fazer slogans, mas, sim, ter um devotamento permanente à causa da transformação da realidade. Freire (1971, p. 43) afirma que “o diálogo é um encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam,

isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”.

Considerações Finais

Embora os encontros com Paulo Freire sejam tangenciados com o Serviço Social, isso não reflete necessariamente o que o senso comum expressa por aí: a ideia de que Paulo Freire é ultrapassado e que por não ser marxista ortodoxo não tem vez no Serviço Social.

Pelo que vimos, sua contribuição foi determinante na criação dos primeiros métodos críticos de intervenção profissional no Serviço Social na América Latina, sendo presente até hoje, mesmo que não seja diretamente.

Paulo Freire foi fundamental para a construção do papel do assistente social como educador popular no período do Movimento de Reconceituação, sendo importante a reflexão nos dias atuais da compreensão da categoria como educadores(as) sociais, uma vez que essa função está presente desde os primórdios da profissão, como apontou Mary Richmond em sua obra sobre Serviço Social de Caso e mesmo nos resgates históricos realizados por Balbina Otoni Vieira, dentre outros autores em que pese as perspectivas antes da Reconceituação serem de uma função pedagógica conservadora reprodutora do ideário da classe dominante.

O importante é não negligenciar uma função precípua da profissão, mas buscar atualizá-la à luz do projeto ético político, sendo a comunicação pública um campo fértil para isso.

Bibliografia

BARBOSA, Maria Margarida. Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social. Belo Horizonte, 1960-1984. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1989.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo, Ed. Papyrus, 1986.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente – Ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **O/A assistente social e os processos comunicativos: por uma contra-hegemonia dos subalternos**. Núcleo de

Assistentes Sociais de Poços de Caldas/Conselho Regional de Serviço Social-MG, em 13/06/2017. Mimeo.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1971.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 3 e 4. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 15ª edição. 2003.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2001.
LIMA, Venício A. **Mídia – Teoria e Política**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

_____. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. Editora Fundação Perseu Abramo e Editora UnB. São Paulo. 2011.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 7ª edição, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Editora N-1 Edições. 3ª ed. São Paulo, 2018.
NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. In Serviço Social e Sociedade. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. **Políticas de Comunicação: busca teórica e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

SARDINHA, Antônio Carlos. **Comunicação, controle social das políticas públicas e os desafios para a Comunicação Pública nos conselhos gestores de saúde**. Revista e-Com, vol. 5, n. 1, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Tradução resumida do livro: Profª Dra. Elizabeth Brandão. Impressão eletrônica, 2005

Documentos

Análise Histórica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais - UCMG. 1974.

Projeto de Prática, experiência e Método - Trabalho de Campo no município de Ibitiré. Universidade Católica de Minas Gerais - UCMG. 1975.